



**A SENSIBILIDADE NA VIDA E OBRA DA
HISTORIADORA SANDRA PESAVENTO
- A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE,
POSTURA CRÍTICA E A HISTÓRIA CULTURAL**

Nádia Maria Weber Santos*

Escola Superior de Teologia – EST

nmws@terra.com.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo mostrar a importância da sensibilidade e da subjetividade como objetos de estudo e fontes para historiadores. Trazendo como exemplo um aprendizado dentro de uma trajetória profissional individual, que tem como marco inicial a relação de orientação em pesquisa de pós-graduação com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (PPG História UFRGS), apresento a forma como a subjetividade do historiador (na sua vida e na sua obra) fertiliza e confere importância às relações interdisciplinares, fora e dentro de campos acadêmicos, tornando-as práticas críticas de pesquisa e interpretação na História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural – Sandra Pesavento – Sensibilidades – Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: This article aims to show the importance of sensitivity and subjectivity as objects of study and sources for historians. Bringing the example of a learning within an individual career path, which has as an initial standard the relationship of guidance in research of post-graduation with historian Sandra Jatahy Pesavento (PPG History UFRGS), I present how the subjectivity of the historian (in its life and its work) fertilizes and gives importance to interdisciplinary relationship inside and outside of academic fields, making them critical practices of research and interpretation in Cultural History.

KEYWORDS: Cultural History – Sandra Pesavento – Sensitivities – Interdisciplinarity.

* Mestre e Doutora em História pela UFRGS. Médica-psiquiatra de orientação junguiana. Bolsista recém-doutora na Escola Superior de Teologia, desenvolvendo pesquisa sobre **Espaços de cidadania para a loucura nos municípios do Vale do Rio dos Sinos/RS**. Autora dos livros:

1 – **Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental** (Passo Fundo: Editora da UPF, 2005). 2 – **Histórias de sensibilidades e narrativas da Loucura** (Porto Alegre: UFRGS, 2008).

Organizadora das seguintes obras: 1- PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia. Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Orgs.). **História cultural: narrativas, imagens e práticas sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. 2- Santos, Nádia Maria Weber; WADI, Yonissa Marmitt. (Orgs.). **História e loucura: saberes, práticas e narrativas**. Uberlândia: Edufu, 2009.

Desde a morte de Sandra eu muito já expressei minha dor e minha incompreensão frente a certos acontecimentos da vida. Mas aqui prefiro me colocar de outra forma, principalmente para fazer jus a um aprendizado que foi muito profundo e único em minha vida: o contato com Sandra Pesavento, pessoa e obra, com a História Cultural (HC) e com o mundo das sensibilidades.

Gostaria de expressar o quanto percebi, nestes 11 anos de convívio, amizade e companheirismo cultural, que Sandra era única, existindo também certa unicidade entre sua vida e sua obra.

O contato entre a professora Sandra e eu se deu por conta de uma sensibilidade muito especial. Antes mesmo de conhecê-la, em 1998 no início de meu mestrado em História (ela foi minha orientadora de mestrado e doutorado) eu já escrevia sobre a virada que ela dava em sua linha de pensamento e pesquisa dentro do mundo historiográfico. Do marxismo para a História Cultural.

Tornou-se um pressuposto consolidado, a partir das décadas finais do século XX, de que não podíamos mais deixar de projetar nos textos historiográficos nosso próprio ponto de vista (nossa “cosmovisão” ou nossa “*Weltanschauung*”), como por tanto tempo fizeram os positivistas, senhores absolutos do relato “neutro” e dos “vencedores”. Seus relatos e escritos mostravam uma “segurança além da dúvida”, o que como base de conhecimento é totalitário e dogmático.

A historiografia rio-grandense nos anos 1990 passou a assumir, problematizar, ou melhor dizendo, explicitar o ponto de vista do historiador. A História Cultural veio quebrar com o pressuposto de segurança e neutralidade, como bem colocou a professora Pesavento em uma de suas primeiras conferências sobre este campo da História.¹ Ela referiu sete desafios e três impasses referentes à História Cultural, sendo um dos desafios a questão da dúvida, a dúvida como princípio do conhecimento, o que abre espaço para a incerteza. É a História podendo ter várias interpretações; é a possibilidade de contar a História, não partindo de um pressuposto de segurança sobre o que aconteceu, mas a História sendo sempre uma versão do que se passou, relativizando, assim, seu contexto científico.

¹ Cf. Anotações da palestra proferida por Sandra Jatahy Pesavento, no âmbito da **I Jornada de História Cultural**, realizada no museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre/RS, em outubro de 1997. O conteúdo desta palestra, anos mais tarde, surgiu adaptado em um dos capítulos da obra da mesma autora: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 120 p.

Até os anos 60-70, o que tínhamos em nossos meios acadêmicos do sul eram estes relatos de cunho positivista e também a influência (como referencial teórico para os gaúchos) marxista e da “escola sociológica” (Emília V. da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior). Positivismo e “marxismo” conviviam.

Na década de 80, com a influência dos *Annales*, de Foucault e de um marxismo renovado (neo-marxismo inglês e o italiano Gramsci), a historiografia rio-grandense foi tomando um novo rumo. Com isto, a tradicional História Política, cedeu cada vez mais espaço para a História Econômica e/ou Social (esta predominando). Exemplo disto são teses escritas nos 80, de forte cunho marxista, entre elas, **A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS, 1889-1930)**,² de Sandra Pesavento, sendo desta autora também **Emergência dos Subalternos**,³ onde ela analisa a inserção dos escravos libertos na sociedade gaúcha e porto-alegrense.

Por décadas, na Europa, os *Annales* e o marxismo conviveram. Aqui no Rio Grande do Sul, a influência da Escola Francesa flexibilizou muito a perspectiva dos marxistas. Então, nos anos 90 temos a influência, aqui, da Escola dos *Annales* (e de sua “herdeira”, a *Nouvelle Histoire*) francesa, do neomarxismo inglês e, mais recentemente, da Micro-História italiana (Carlo Ginzburg) e da Nova História Cultural.

Novos conceitos começaram a fazer parte da necessidade do historiador. Novos temas (objetos), novos problemas e abordagens surgiram. O ‘fato histórico’ não mais era trabalhado isoladamente, em si; ele passou a ser visto sempre relativo ao contexto em que se insere. Aos velhos temas da História também um “novo olhar” foi lançado e a eles fizeram-se novas perguntas. As fontes diversificam-se (jornais, fontes policiais, judiciárias/processos crime, e de hospitais/prontuários médicos) e a relação com outras disciplinas (Antropologia, Psicologia, Literatura e até Medicina, por exemplo) tornou-se mais intensa e efetiva.

Em suma, a partir dos anos 90 passou a existir a revalorização da pesquisa empírica (mas não nos moldes positivistas), com os conceitos sendo usados como ferramentas. O texto historiográfico tornou-se mais descritivo, rico em informação.

² PESAVENTO, Sandra. Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 279 p. v. 1.

³ Id. **Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 1989. 84 p. v. 1.

Houve a valorização do detalhe, mas não do detalhe em si, e sim o detalhe como brecha, como pista para apreensão e análise de uma realidade social. Várias temáticas foram realçadas, nestes novos pontos de vista, com estas novas perspectivas epistemológicas e estratégias metodológicas, enfatizando uma interdisciplinaridade antes jamais vista na prática do historiador.

A temática do urbano foi cada vez mais trabalhada, e possui um enfoque importante no fim de século XIX (em Porto Alegre). Esta temática teve seu expoente nos trabalhos de Sandra Pesavento, com o enfoque da História Cultural. Como exemplos de textos iniciais desta autora sobre este tema cito: “Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano”, no livro **Porto Alegre virada do século, Cultura e Sociedade** (1994); também o **Espetáculo da Rua** (1992), livro coordenado por ela; **Os pobres da cidade**(1994); **Imagens urbanas** (1997), entre várias outras publicações.⁴ É claro o transitar desta autora para a História Cultural, tanto em seus escritos historiográficos sobre a cidade, como em sua produção teórica. Outros exemplos disto são: seu texto (na revista **Anos 90**) sobre história e literatura e as representações das identidades urbanas no Brasil;⁵ e, quando em outro texto (Revista Brasileira de História – ANPUH, 1996) ela analisa uma parte da sociedade carioca e do Rio urbano, a partir do conto **O Alienista** de Machado de Assis.⁶ É o texto literário como metáfora do social, é a literatura sendo uma “historiografia inconsciente”.

Em seus textos vemos uma preocupação bem evidente com a questão das representações e do imaginário social, desde esta sua “virada historiográfica”. Este resgate é fundamental, uma vez que por tanto tempo o escrever a História e sua análise ficou a cargo do estudo das estruturas sociais concretas que excluía as representações. O imaginário social, como ela bem mostrou em seus textos, relaciona-se com a

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia. et. al. (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

Id. (Org.). **O espetáculo de rua**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. v. 1.

Id. **Os Pobres da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. 149 p. v. 1.

Id.; SOUZA, Célia Ferraz. (Orgs.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 292 p. v. 1.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o caráter nacional. **REVISTA ANOS 90**, Porto Alegre, v. 8, p. 30-44, 1997.

⁶ Id. Com os olhos de Clío, ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto ‘O Alienista’, de Machado de Assis. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 108-119, 1996.

realidade social concreta, fazendo parte dela e com ela entrando numa dialética, ambos “determinando-se” mutuamente numa real dialética.

Estando em conformidade com as atualizadas tendências mundiais da disciplina histórica (principalmente norte-americanas, italianas e francesas – o que, aliás, fez a historiadora gaúcha ganhar vários parceiros intelectuais nestes países) e citando os autores da História Cultural e da *Nouvelle Histoire* (dentre eles principalmente Baczsko, Chartier, Vovelle), tanto quanto filósofos e críticos da cultura como Walter Benjamin (que muito trabalhou com o urbano, de Paris, por exemplo) ela mostrou o quanto era fundamental termos um novo “olhar” sobre o urbano. Neste prisma, novos documentos podem ser utilizados como fontes de pesquisa historiográficas (fotos, filmes, arquivos pessoais, etc.). Eu diria que a **História do Imaginário e das Representações** começou a ser traçada aqui no Rio Grande do Sul através dos textos da professora Pesavento sobre a cidade (e também na relação entre história, literatura e representações do urbano).

O que chama a atenção e por isso é relevante na nossa historiografia do final de século XX, é a pluralidade de temas e suas inter-relações (muitas vezes num mesmo texto), suas diversas abordagens e referências teóricas. Por exemplo, temos a temática do cotidiano (da vida cotidiana) muitas vezes mesclando-se com o tema do urbano, e aí sendo usados referências teóricas da História Cultural.

A descrição da realidade social, a “volta” da narrativa, a compilação de informações com análise e teorização, a interdisciplinariedade, a análise das práticas culturais e das representações, a questão do sujeito e do cotidiano – tudo isto enriquece nossos textos historiográficos, na análise e resgate de uma história sócio-cultural vivida na nossa cidade e nos outros “urbanos”. E foi Sandra Pesavento a pioneira no RGS desta nova postura historiográfica.

A História Cultural, assumindo, assim, uma nova postura epistemológica e uma nova estratégia metodológica, aponta para um caminho de complexificação da História e refinamento da análise.⁷ Os textos historiográficos sobre o urbano (e também sobre outros temas, como a (des)institucionalização da loucura e a relação história-literatura, por exemplo, que é onde se insere minha pesquisa de pós-graduação) a partir dos trabalhos da historiadora Sandra Pesavento (a qual em sua vida acadêmica orientou mais

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 5.

de 90 alunos de mestrado e doutorado em História na UFRGS), passaram a focar o imaginário social e suas representações, de forma mais explícita e articulada com o que de concreto existe e acontece numa cidade. Assim, foi resgatada uma história mais complexa da urbe, de suas práticas culturais e simbólicas.

Sandra me “ganhou” pela História Cultural. Aliás, a HC a fez aproximar-se da interdisciplinaridade de uma forma contundente e é assim que eu entro em sua vida e ela na minha. Sendo médica-psiquiatra e trabalhando com Psicologia Analítica eu trazia comigo experiência e um rol de postulados de uma área que aos poucos estava começando a se relacionar com a História. Entre conceitos, fontes e metodologias, como, por exemplo, a análise junguiana do inconsciente e a questão dos arquétipos, comecei a dialogar com a História, mais especificamente com a HC e muito sensivelmente com a pessoa e com a obra da professora Sandra Pesavento.

Assim como Sandra era uma pessoa sem preconceitos e agregava pessoas de várias áreas entre seus alunos de pós-graduações, seus companheiros de projetos, de pesquisas, eventos e publicações, ela possibilitava diálogos profícuos entre as diversas áreas do saber e isto é visível em sua obra mais recente, já atravessando para o século XXI: arquitetura e o urbano, literatura, psicologia, comunicação, antropologia, direito, artes, entre outros. Mais recentemente, a questão da imagem e sua riqueza como fonte histórica passou a ser uma das maiores preocupações da pesquisadora.

O que mais me chamava atenção na pessoa de Sandra, e sem dúvida também em sua obra, era a grande capacidade de transformação, jovialidade e a sensibilidade com que sempre se apresentava a novas chamadas, a novos desafios; a falta de medo de mudar, a abertura para todas as questões novas, a curiosidade pelas pessoas, pelos alunos novos, pelas novas interlocuções – eram sua “marca registrada”. E isto também no sentido historiográfico. Ela recebia com alegria, prazer e curiosidade a pesquisa de seus alunos nas fontes mais variadas, dialogava com eles e os fazia dialogar com suas fontes e novas metodologias de pesquisa histórica – sempre tendo uma nova pergunta a fazer.

Ao trabalhar com a história da loucura e da psiquiatria, desde o início de minhas pesquisas históricas, entrei diretamente no “mundo dos excluídos” com tamanha sensibilidade, o que fez com que Sandra aprendesse muito com isto – pois para ela era algo novo e isto era uma de suas características: ela sempre aprendia com os alunos e com suas novas interlocuções tanto da História como de outras áreas: ela mesma dizia

isto! E eu também fui agraciada com as idéias e os olhares criativos e sempre novos que ela lançava sobre as fontes e os personagens da História. Arrisco a dizer que todos orientandos e todos os colegas que participaram com ela de pesquisas e interlocuções sentem a mesma coisa...

Um exemplo disto foi quando achei em prontuários médicos do Hospício São Pedro, armazenados no Arquivo Público de Porto Alegre, cartas de um paciente de 1937. Este material, graças também à orientação de Sandra e sua capacidade de pensar interdisciplinarmente, trouxe reflexões profícuas para o mestrado, para a tese e continua tendo para mim uma importância grande de pesquisa. Ela apontou, já logo no início quando encontrei este material, as variadas possibilidades de análise, pois as 12 enormes cartas versavam sobre loucura, sensibilidade sobre as internações psiquiátricas, sobre a cidade, sobre a história do mundo e do Brasil naquele momento (nazismo, integralismo, Vianna Moog, igreja católica, entre muitas outras questões). Tanto o meu desenvolvimento como pesquisadora e historiadora, quanto os resultados de minhas interlocuções com colegas não seriam os mesmos se não estivessem junto também o olhar e a sensibilidade de Sandra para este material. Nova fonte, novo olhar. E para mim, uma nova historiadora, isto disse muito. E muitos colegas ainda se fascinam e debatem comigo sobre estas cartas. Cartas prenhes de sensibilidade.

Assim, é com a noção de sensibilidade, muito pertinente aos atuais estudos da HC, que quero contemplar este artigo. Para nós, historiadores da cultura, ela é colocada como uma outra forma de apreensão do mundo, para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução do mundo que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete esta espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, a subjetividade, os valores, os sentimentos.

Sandra diz: “medir o imensurável não é apenas um problema de fonte, mas de uma concepção epistemológica de compreensão da história”.⁸ Ela refere que a preocupação da História Cultural com as sensibilidades trouxe para os domínios de Clio

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p .57.

a emergência da subjetividade nas reflexões do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos.

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida. Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real.⁹

Na V Jornada de História Cultural, que se realizou em dezembro de 2003, no auditório da Livraria Cultura de Porto Alegre/RS, fiz parte de uma mesa de discussão, onde o professor historiador Dr. João Batista Bittencourt (que também fez sua formação no doutorado em História sob a orientação da professora Sandra Pesavento) lançou a seguinte questão: “Como na história produzida sob os parâmetros de abordagem da História Cultural manifestam-se a postura crítica e o empenho de transformação social?” Ainda, acrescentou, o que segue, como uma “provocação” para nossas reflexões e discussões em comum naquele dia: a chamada crise dos paradigmas, que produziu um esvaziamento de antigas certezas do saber acadêmico, mostrou-se para a disciplina História no esgotamento de modelos explicativos totalizantes. O materialismo histórico e dialético, por exemplo, perdeu seu vigor por não conseguir dar conta das novas questões que o mundo social colocava à disciplina, mas o engajamento político que o marxismo emprestava a história, refletido em crítica social de transformação da realidade, permaneceu em abordagens renovadas da história social, como o “cotidiano”. A emergência da História Cultural não promoveu apenas um rompimento com aqueles

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 58.

esquemas rígidos de explicação histórica, mas, também, adentrou a um campo da realidade social antes considerado pouco importante ou mesmo como não real e ilusório. Tais mudanças fizeram aflorar uma desconfiança quanto à postura crítica desta perspectiva de abordagem, aferindo a ela a ausência de preocupação com a transformação social.¹⁰

A resposta a esta questão, que me vi impelida a discutir com os colegas naquele momento, abriria algumas portas, uma vez que a História que fazemos hoje se abre ao vasto campo da interdisciplinaridade, como mencionei acima. Porém vou ater-me a uma discussão que se baseia, primeiramente, em minha trajetória de pesquisa dentro do campo da História Cultural, sedimentada, até então, na dissertação de mestrado e na tese de doutorado, que originaram as seguintes obras, respectivamente: **Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental** (Passo Fundo, Editora da UPF, 2005); **Histórias de sensibilidades e narrativas da Loucura** (Porto Alegre, Ed. da Universidade/ UFRGS, 2008).¹¹ E as farei dialogar, também, com duas obras que, embora sejam bem distintas em suas concepções e conteúdos, entrecruzam-se na sensibilidade e levam a um mesmo fim, ou seja, pensar a história dos homens do passado sob um outro prisma de luzes. São elas: “Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal”,¹² publicado em 1963, pela filósofa política Hannah Arendt, que em meu entender é uma das grandes pensadoras do século XX; e **História e História Cultural**, da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, publicado em 2003,¹³ ou seja, quarenta anos após a primeira, e que é uma experiência pioneira, no mínimo em nossa língua, de sistematizar as raízes, teorias e métodos da História Cultural que hoje debatemos.

Caberia especificar o que entendo por este “campo da realidade social antes considerado pouco importante ou mesmo não real e ilusório”. A História Cultural adentrou exatamente o campo do imaginário e suas representações simbólicas, e neste sentido, trouxe à tona também a pesquisa das sensibilidades dos atores da história de

¹⁰ Anotações livres da autora deste artigo no decorrer da mencionada **Jornada de História Cultural**.

¹¹ SANTOS, Nádya Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005. 191 p.

Id. **Histórias de sensibilidades e narrativas da Loucura**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 320 p.

¹² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. 344 p.

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 120 p.

uma outra época. “Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da H.C. seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo”.¹⁴

Neste complexo processo, o historiador da cultura depara-se com formas subjetivas de apreensão do real, dos fatos, isto é, as sensibilidades a respeito de um passado, marcas de emoção, pistas dos sentidos – traduzidas externamente em imagens, relatos, sonhos, medos e tudo o que abrange este mundo interminável das percepções.

Nesta medida, o mundo do sensível é talvez difícil de ser quantificado, mas é fundamental que seja avaliado pela História Cultural. Ele incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder- os sentimentos.¹⁵

E, aqui, chego ao ponto que vai demonstrar que acredito, sim – aliás, é minha práxis também – que a narrativa histórica produzida sob os parâmetros da História Cultural pode manifestar a postura crítica do historiador, bem como fazer deste um agente indutor da transformação social (ou até ser o próprio agente desta transformação).

Em termos genéricos, é a erudição do historiador (sua cultura e aprendizados) aliada à pesquisa de fontes e a interpretação de seus achados (que inclui sua subjetividade, sua visão de mundo, bem como sua história pessoal) que dará o tom, ou a coloração, de sua postura crítica.

Hannah Arendt, embora não seja uma historiadora de formação, nesta obra mencionada, lança luzes para obtermos um novo olhar sobre a situação judaica durante o Holocausto, e sobre as motivações nazistas que levaram a estes milhões de mortes. Através do relato do julgamento do funcionário do regime nazista Adolf Eichmann, ela faz uma verdadeira arqueologia do estado de consciência deste personagem – indo postular ao final sua brilhante noção de “banalidade do mal”.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 62.

¹⁵ Ibid., p. 58.

Na verdade, é através de excertos da autobiografia dele (que nunca foi publicada na íntegra) e de notas redigidas sobre seu julgamento (tanto as que saíram na imprensa em várias línguas, durante o mesmo, como também suas próprias notas, pois ela acompanhava o julgamento como correspondente de uma revista) – bem como de muitos outros documentos de guerra anteriormente lidos – que ela analisa a personalidade de Eichmann, fatos e relações entre os nazistas, seus poderes e a consequência disto tudo – a matança de quase 6 milhões de judeus.

Em minha opinião é um verdadeiro trabalho de História Cultural, que demonstra, através do que podemos chamar de uma “sensibilidade fina”, talvez às avessas – pois trata-se de uma personalidade envolvida com o massacre de seres humanos – as motivações que levou esta “personalidade comum”, este homem normal, como ela diz, a ser um funcionário do Serviço de Segurança da SS e encaminhar a morte de tantos judeus.

Arendt diz que a única função de um julgamento é aplicar justiça, é atribuir culpa ou inocência ao acusado ou à vítima (com isto criticou todos aqueles que fizeram dos 10 meses de julgamento um palco diante das câmeras do mundo inteiro). Assim como seu livro é apenas o relato de um julgamento que aconteceu, onde ela não pretende fazer teoria ou um tratado teórico sobre a natureza do mal, nem a história do holocausto, ou do povo alemão ou judeu durante o III Reich,

O foco de todo o julgamento recai sobre a pessoa do acusado, um homem de carne e osso com uma história individual, com um conjunto sempre único de qualidades, peculiaridades, padrões de comportamento e circunstâncias. Tudo o que vai além disto, tal como a história do povo judeu na Diáspora e do anti-semitismo, ou a conduta do povo alemão e de outros povos, ..., só afeta o julgamento na medida em que forma o pano de fundo e as condições em que o acusado cometeu seus atos.¹⁶

Eichmann foi um filho primogênito de uma família burguesa alemã; foi um estudante medíocre, expulso de escolas ou retirado das mesmas por seu pai; em suma, nunca conseguiu trilhar uma carreira profissional própria. Foi assim que entrou, sem pensar, para o partido nazista, através do convite de um oficial conhecido. Entrou para a SS sem pensar, sem refletir. E foi morto, muitos anos depois, enforcado em Jerusalém, sem também pensar.

¹⁶ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém** – um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 38.

Adolf foi raptado em Buenos Aires, onde vivia clandestino, em maio de 1960 (15 anos depois de tudo), por um comando israelense e levado para Jerusalém para ser julgado por seus crimes nazistas. Ele não resistiu à prisão e num misto de orgulho e inconsciência, entregou-se ao julgamento. Porém desde o início ele dizia-se inocente das acusações feitas: ele nunca havia matado nenhum judeu, nem um não-judeu. “Nunca matei nenhum ser humano, nem nunca dei ordem para matar”. Analisado por psiquiatras e padres durante o julgamento, foi constatada uma pessoa normal. E como toda pessoa normal, como diz Arendt, ele devia ter consciência de seus atos. Mas parece que não a tinha.

Ele era apenas um burocrata do nazismo, um funcionário aplicado, cuja única preocupação era ascender na carreira recém conquistada, a de oficial nazista. E, portanto, ele cumpria as ordens da melhor forma possível, sempre dentro das leis do Reich, que então imperavam. Ele era responsável, inicialmente, pela emigração (forçada) dos judeus – ele criou um sistema burocrático excepcional para isto, o que lhe causou elogios e ascensão dentro da SS. O que o levou a dizer em julgamento que ele havia ajudado muitos judeus. Posteriormente, na época da “Solução Final” (como foi chamada a decisão pelo extermínio físico dos judeus), ele ficou então responsável pelas deportações e transporte das pessoas (trens, caminhões, navios). Um serviço meramente burocrático. Entre suas funções, ele informava aos conselhos de judeus quantas pessoas eram necessárias para encher cada trem, quantos carregamentos por semana tal campo poderia absorver, etc. Quando lhe mandavam averiguar os campos de extermínio, ele chocava-se ao ver as pessoas morrerem. Sua sensibilidade não agüentava estas cenas. Seu talento era puramente organizacional.

Hannah Arendt nos vai envolvendo em sua narrativa, nos vai levando num crescendo, através de relatos de várias sessões de depoimentos, de fatos acontecidos na II Guerra, fatos da vida pessoal de Eichmann, seu estado de “consciência” dos fatos e o aumento gradativo da “crise em sua consciência moral”, como ela chama, até concordarmos com ela que o mal pode se manifestar de uma forma bem banal. Ela pergunta: trata-se de um caso exemplar de má fé, de auto-engano misturado a ultrajante burrice, ou é simplesmente o caso de um criminoso que nunca se arrepende? Era inacreditável as afirmações dele perante o tribunal, as quais pareciam de uma singeleza quase digna de uma criança – não estivessem tratando do crime mais hediondo do século. “Apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse

homem não era um monstro, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço”,¹⁷ ela diz. Ele era um homem medíocre, dado a frases feitas, sem jamais tomar consciência de uma “incoerência”. Esse horrível dom de se consolar com clichês (e também de distorcer a realidade) não o abandonou nem na hora da morte.

Hannah Arendt admite que Eichmann não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos de sua época. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo. Segundo a autora, que presenciava o julgamento em Jerusalém, foi precisamente esta falta de imaginação que permitiu que ele sentasse meses a fio diante de um judeu alemão que conduzia o interrogatório, “abrindo seu coração” e explicando que ele só queria chegar na patente de tenente-coronel. Ele era convencido de tudo o que afirmava.

A banalidade do mal está em não pensar, em não refletir sobre seus atos, e esta “prática”, se é que podemos chamar de “prática”, é comum em outras instâncias, se soubermos enxergar. A consideração de que o mal pode ser algo banal, por pura falta de reflexão, sustenta uma análise mais “fina” do fenômeno do holocausto, por exemplo, mais no âmbito do “invisível”, daquilo que é imperceptível enquanto os fatos vão se desenrolando, não no sentido de isentar os culpados – Eichmann foi condenado à força e sua execução se deu duas horas após ser dada a sentença. Mas no sentido de vermos que outras variantes fazem parte dos atos humanos, sejam eles da natureza que forem. Esta valoração do sensível, mesmo que neste caso seja num sentido “negativo”, associado ao mal, é uma maneira de se resgatar o passado, talvez mais forte e mais eficiente do que somente contar o horror que foi feito. O que seria mais importante: o acontecido ou o sofrimento dos judeus?

Hannah A. diz que não há dúvidas que o acusado, seus atos e o julgamento em si levantaram problemas que foram além da personalidade do acusado, de natureza geral sobre o povo judeu e o nazismo, e que era inevitável que surgissem. Embora o julgamento como um todo e seus atores estivessem interessados numa verdade histórica, única e absoluta – detalhes sobre o holocausto e condenar um de seus realizadores – não

¹⁷ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém** – um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 153.

foi este o resultado: o julgamento de Jerusalém foi uma lição, não uma explicação do fenômeno, nem uma teoria sobre ele.

O caso de Eichmann, como narrado por Arendt e esta “lição” sobre a banalidade do mal, constituiu-se em mais uma versão histórica interpretativa sobre o nazismo e seu horror, mesmo a autora não vendo o alcance que teriam suas interpretações ao longo dos tempos.

O trabalho do historiador da cultura é sem dúvidas um trabalho detetivesco, seguindo pistas em caminhos até então insondáveis, para encontrar outros relatos de fatos, outras vozes, outros “documentos” do passado, outros sentimentos e emoções, que aos olhos do historiador de antigamente (faço questão de usar a expressão “de antigamente”, pois dá a impressão de ultrapassado) não seriam fontes dignas. Acredito que seja a partir do trabalho de confronto entre fontes e relatos diferenciados, muitas vezes de escala “micro”, às vezes quase imperceptíveis aos olhos da maioria, que o historiador ousa uma nova interpretação de fatos do passado (e passados a limpo já inúmeras vezes). E sua postura crítica aparece aí, no momento em que tem a coragem de lançar um novo olhar sobre o passado, para então agir no sentido de transformar a realidade. E era esta a postura da professora e historiadora Sandra Pesavento, na sua vida e na sua obra.

Em minha pesquisa de mestrado tive a oportunidade de trabalhar com os prontuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre/RS (HPSP), que se tornaram fonte privilegiada para compreendermos historicamente quais foram as bases da psiquiatria hospitalar no século XX em nosso estado e em que representações simbólicas sobre doença mental elas foram calcadas. Juntou-se a isto a pesquisa da obra do diretor do hospital no período estudado, Jacinto Godoy (que teve suas duas gestões como diretor do hospital em 1926-1932 e 1937-1950), intitulada “A Psiquiatria no Rio Grande do Sul”, de onde muitas novas revelações – versões desta história da psiquiatria – foram articuladas.

Não é mero acaso estar relacionando um texto sobre o extermínio de judeus com as práticas sobre a doença mental em nosso Estado. Embora não exista uma causalidade mecanicista nisto, os pacientes internados no período pesquisado, de 1937 a 1950 (ênfase foi dada ao período do Estado Novo brasileiro), também morriam no hospital em números bastante elevados. A cada 40 prontuários pesquisados, em média 23 pacientes morriam dentro do hospital, no início da internação, após alguma

“intervenção terapêutica”. Escrevia-se “alta por falecimento”. E não eram pacientes velhos, ou com patologias prévias. Eram muitas vezes até jovens que morriam. Das terapêuticas? Das práticas eugênicas administradas?

Nesta época as idéias eugênicas já estavam bastante difundidas no Brasil. Em 1929 aconteceu o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenismo, na Capital Federal (Rio de Janeiro), tendo como um dos temas principais a questão da imigração. O principal articulador das idéias eugênicas no Brasil foi Renato Kehl, que preparou o Boletim de Eugenia neste mesmo ano. Esta “ciência da boa geração”, como ele a preconizava, tentou ser uma escola para a formação de caráter e defesa da espécie. Em 1931 foi criada a Comissão Central de Eugenismo, sendo Kehl seu presidente. Fazendo parte da diretoria, estava o professor e sanitarista Belizário Pena, que em 1928 visitou o hospital São Pedro, tendo elogiado a reforma pela qual este estava passando, sob os cuidados do dr Jacintho Godoy:

A reforma radical pela qual está passando este manicômio, fará dele um dos mais perfeitos estabelecimentos do gênero. Orientada pelos ensinamentos da moderna psicopatía, esta obra de assistência social honra sobremodo a sua proficiente direção e o Estado do Rio Grande do Sul.¹⁸

Jacinto gabava-se da modernização que fazia no HPSP.

Na psiquiatria brasileira, a eugenia esteve presente nas bases da formação da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, com a ajuda de filantropos do seu círculo de relação. O objetivo inicial era de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros de profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos. Interessante ao nosso estudo é o fato deste médico ter criado, antes de fundar a Liga, um ambulatório de profilaxia das doenças mentais (anexo à Colônia Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro), um “serviço aberto” para “psicopatas” (como eram chamados os doentes mentais neste período), um laboratório de psicologia e uma escola de enfermagem onde eram formadas as monitoras de higiene mental. Estes passos, com exceção do laboratório de psicologia, foram os mesmos seguidos por Jacintho Godoy no HPSP desde que assumiu suas gestões, principalmente após 1937.

¹⁸ GODOY, Jacintho. **Psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição do autor, 1955, p. 144-145.

O momento em que o Brasil passava constituía-se num solo histórico fértil para o estabelecimento de práticas de exclusão como foram realizadas. Os preceitos do positivismo, coadunados com os preconceitos da eugenia, no Rio Grande do Sul, eliminaram outras formas de relacionamento com aqueles que precisavam de terapêutica psíquica.¹⁹

Algumas questões podem, também, ser levantadas aqui, diante da história do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sob administração do dr. Jacintho Godoy. Como a “tão exaltada” modernização poderia levar à melhoria dos tratamentos, se foram levados em conta apenas os aspectos externos? Esta contradição está relacionada, sem dúvida, com a ideologia do Estado Novo (vide, por exemplo, as grandes obras públicas municipais realizadas no mesmo período, quando a cidade também passou por modernizações grandiosas) e à visão de mundo de seu “chefe”.

A Constituição de 1937 implantou um regime autoritário, reforçando os poderes do Presidente da República. Uma das justificativas do governo, para isto, era a personalidade “excepcional” e carismática de Getúlio Vargas e sua “extraordinária” capacidade pessoal tida como exemplar. Sua imagem era propalada como a de um trabalhador que deveria ser seguido por todos os trabalhadores.

Assim, o “culto ao chefe” cumpria a função de apresentar o Estado Novo como um modelo de eficácia e racionalidade. Centralizado na figura de Vargas, buscava garantir unidade administrativa e evitar a diluição de responsabilidades. A relação desta prática com a administração do Dr. Godoy no HPSP não é mera coincidência.

Fica claro que a morte de tantos pacientes, muitas advindas das técnicas usadas, é equivalente à esterilização dos “rebetos degenerados”, à purificação da raça. Estas técnicas não estariam explicitamente a serviço do ideal eugenista? Pelo menos, pudemos observar que a concepção organicista da medicina psiquiátrica encaixou-se perfeitamente nos parâmetros biológicos da eugenia, portanto àqueles parâmetros de exclusão.

Também a violência aceita (tacitamente?) pelos funcionários e irmãs de caridade mostra o horror que se instalara nas internações daquela época.

¹⁹ Ver, para aprofundar esta questão, o capítulo 2 da obra mencionada: SANTOS, Nádía Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes**: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo: UPF, 2005. 191p.

Numa visão mais ampla, em relação às terapêuticas, sabemos que não eram só aquelas organicistas que vingavam pelo mundo. Na época em que Jacintho Godoy escreveu seu livro, e introduzia no hospício de Porto Alegre técnicas terapêuticas aviltantes do psiquismo (como a insulino-terapia de Sakel, a malarioterapia, e eletroconvulsoterapia – esta última conhecida como ECT ou eletrochoque), Freud já havia até morrido e Jung estava no fim de sua vida. Portanto, a Psicologia Médica já existia.

No mesmo período histórico desta pesquisa, mais especificamente em meados da década de 40, uma outra e “nova” (para o Brasil) abordagem de psiquiatria era colocada em prática no Rio de Janeiro, pela psiquiatra Nise da Silveira, no hospício de Engenho de Dentro, Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II. Ela começou a desenvolver um trabalho de terapêutica ocupacional, com pacientes psicóticos internados, utilizando o referencial da psicologia de Jung. Como ela mesma diz em seu livro “Imagens do Inconsciente”, seu trabalho não se inspirou na psiquiatria predominante do momento, caracterizada pela escassa atenção que concedia aos fenômenos intrapsíquicos que aconteciam nas psicoses. Seu interesse era de “penetrar” no mundo interno do esquizofrênico, que ela pressentia estar repleto de significados.

Na Seção de Terapêutica Ocupacional que dirigiu (de 1946 a 1974), ela pôde observar, através das imagens expressas pelos pacientes, que o mundo interno do psicótico encerrava insuspeitadas riquezas e as conservava mesmo depois de longos anos de doença, “contrariando conceitos estabelecidos”. As técnicas utilizadas eram principalmente desenho, pintura e modelagem.

Sua descoberta da psicologia de Jung revelou-se como aquisição de novos instrumentos de trabalho. O entendimento, a partir deste referencial, das imagens produzidas pelos pacientes lançou, pela primeira vez no Brasil, a possibilidade de uma abordagem mais eficiente e humana no tratamento de doentes mentais. Como a própria doutora Nise dizia, delírios, alucinações, gestos, estranhíssimas imagens pintadas ou modeladas por esquizofrênicos, tornavam-se menos herméticas se estudadas segundo este método de investigação.

Mais tarde, estes trabalhos foram reunidos no Museu de Imagens do Inconsciente (fundado em 1952), que percorreu mundo afora. Jung conheceu este trabalho da psiquiatra brasileira, no II Congresso Internacional de Psiquiatria, sediado

em Zurique, em 1957, e ficou realmente impressionado ao ver suas “descobertas” ali, representadas por doentes de uma terra tão distante...

Este exemplo é paradigmático do trabalho que pode ser feito com este referencial. Como ficou evidente, ela não pactuava com o “espírito” dominante no meio psiquiátrico, podendo dar um outro encaminhamento (mais sensível!) para a mesma problemática: o respeito pelo imaginário (história) do doente mental e suas representações (manifestações). Esta terapêutica, esta práxis, soube dizer não à “banalidade do mal” da psiquiatria. Também nesta, a banalidade do mal pode estar no “não pensar” as histórias de vidas dos doentes internados.

Da mesma forma, o cientista social deve ter presente em suas avaliações sobre a realidade social empírica, que existe também uma face desta realidade que não é racional e que nela não podemos chegar a não ser pela via simbólica. Isto não nos leva a questões metafísicas, se não quisermos. A face “não racional” da realidade está presente no nosso campo diário de atuação, independente de nossa vontade. Ela manifesta-se em pequenos “atos falhos”, pensamentos repentinos que surgem à nossa mente, sensações diversas (quem até hoje não teve a experiência de, ao sentir um cheiro passando por algum lugar, lembrar de alguma situação ocorrida no passado, ou algum lugar esquecido na memória, ou então ao escutar uma música, lembrar-se de um antigo amor, ou de alguma dor...), sonhos, fantasias, obras artísticas, obras científicas, delírios, alucinações, etc. Surgiu, assim, no horizonte dos historiadores, a História Cultural, que pode dar conta deste material, através da diversificação dos métodos de pesquisa, bem como da ampliação das fontes a serem utilizadas e dos referenciais teóricos que dispõe para o trabalho de interpretação das versões.

Em minha pesquisa de doutorado, direcionei o foco para a relação loucura/história e literatura. Desta forma, examinei três conjuntos de textos (obras) da literatura que versavam sobre internações manicomiais (do início do século XX no Brasil) e reflexões sobre o que é ser louco, escritas a partir do prisma das próprias pessoas acometidas da doença e que escreveram desde dentro do hospital. Novamente a questão da sensibilidade na História e sobre a loucura se descortinou como campo e objeto férteis para análise e interpretação. A orientação da professora Sandra e seus estudos/pesquisas sobre sensibilidade foram, novamente, fundamentais para o bom êxito do trabalho.

Os textos trabalhados foram: o romance simbolista de Rocha Pombo **No Hospício**, publicado em 1905, no Rio de Janeiro; o **Diário do Hospício** de Lima Barreto, inserido na edição de sua obra (romance) inacabada **Cemitério dos Vivos**, que relata suas memórias e reflexões durante uma internação em hospício, Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, em janeiro e fevereiro de 1920; e as doze cartas de *TR*, iniciais de um paciente internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre/RS, em 1937, as quais se denominou **Cartas de Hospício**.²⁰

Ao entrar em contato com outros textos literários que também versam sobre loucura e hospícios no início do século XX, tornou-se importante pensar este fenômeno social – loucura e internações psiquiátricas – no Brasil, a partir dos olhos de um historiador que se debruça sobre as sensibilidades do passado. Ao invés de fazer relatos extensos do que passou no estado brasileiro e em seus manicômios, as vozes dos “loucos” na literatura dão a ver uma intrincada rede de sensibilidades, em uma múltipla rede de associações. Estas, por sua vez, vêm dar conta de versões de histórias que existem nas “entrelinhas de um outro tempo” – levando o pesquisador, pela dialética com o presente, a descobrir novas formas de pensar a realidade.

Os três escritores escolhidos, assim, produziram gêneros literários diferentes, em três momentos históricos diferentes, sob condições de vida diferentes. As obras são bastante distintas, não somente nos tempos em que foram escritas, mas, também, em relação às condições de vida de cada um de seus autores e do lugar de onde escreveram ou de onde partiram seus escritos. Rocha Pombo era um escritor e um historiador e nunca foi internado em manicômio. Lima Barreto foi um escritor, também, porém passou por algumas internações psiquiátricas. E *TR*, embora escrevesse, era “simplesmente” um louco: adorava escrever, era inteligente e queria ser escritor – mas não o foi: matou-se um ano após a alta hospitalar, em 1938.

As três primeiras décadas do século XX constituem uma época em que a sociedade brasileira sofria profundas transformações políticas, econômicas, urbanas e

²⁰ Referências completas das fontes literárias:

POMBO, Rocha. 1905/1970. **No Hospício**. Rio de Janeiro: INL, 1970. 325 p.

BARRETO, Lima. 1920/1956. **Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 295 p.

TR 1937/2005. **Cartas de Hospício**. 48 p. In: SANTOS, Nádya Maria Weber. **Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos; Brasil 1905/1920/1937**. 2005. 384 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. 2005.

por que não dizer, das suas sensibilidades sobre as questões sociais. Ao mesmo tempo, a população mundial via crescer os regimes totalitários que se instalaram nas várias ditaduras, desembocando, no Brasil, no Estado Novo de Getúlio Vargas e, no mundo, na Segunda Guerra Mundial e no Holocausto. Neste momento histórico, a literatura, no mundo inteiro, já fazia da loucura um tema privilegiado para suas escrituras, sob os mais variados aspectos.

O que se pôde observar nas obras pesquisadas é que, por a literatura tornar-se um tipo especial de fonte, as sensibilidades dos doentes, personagens e escritores, evidenciaram-se de forma contundente na busca destas percepções do passado que ficaram esquecidas sob as lentes de uma história dos vencedores, neste caso, da ciência médica e psiquiátrica. E cotejadas às práticas institucionais de exclusão – que incluem as complexas sistematizações dos saberes médicos e seus compêndios classificadores – faz-nos perguntar que psiquiatria é esta que, ao excluir, homogeneiza condutas e pensamentos humanos em teorias a respeito do doente, não vendo a especificidade de cada ser humano e, mesmo, de cada história de vida? Não enxerga a pessoa, e sim o diagnóstico. Não percebe sua inteligência, mas sim o delírio – estes “estilhaços do pensamento”, como os chamava o inteligente Lima Barreto –, que em seus conceitos psicológicos significam a alteração desta mesma inteligência.²¹

Esta rigidez e homogeneização no tratamento dispensado aos conteúdos das doenças também levava a uma arbitrariedade dos poderes socialmente estabelecidos, no que dizia respeito às internações. “Pouco importa a postura assumida pelo indivíduo ao ser internado num hospício, pois seja ela qual for, será sempre um sintoma de doença mental”.²²

A “eterna” e arquetípica busca do sentido da História e de seus fatos, a partir de fragmentos (“cacos”) do passado, legitima esta diversificação de fontes e métodos do historiador contemporâneo. Certamente esta possibilidade está calcada numa *Weltanschauung* que, perceptivelmente, se instala em nosso mundo. Após tanto tempo lutando e enfrentando regimes autoritários, talvez o ser humano esteja abrindo seus

²¹ Esta pesquisa e o conjunto de reflexões que dela se originaram estão publicados na íntegra na obra: Santos, Nádia Maria Weber. **Histórias de sensibilidades e narrativas da Loucura**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 320 p.

²² ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão** – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 94.

olhos para captar outras visões sobre ele mesmo e outras formas de se relacionar com o mundo que o abriga.²³

Não cabe ao historiador somente denunciar – como o jornalista faz –, mas diagnosticar e interpretar os fatos do passado – mais aos moldes de um médico – e quem sabe até prognosticar um futuro, conforme a interpretação do passado. Nesta interpretação está embutida a subjetividade do historiador e, portanto, sua crítica. Nunca se interpreta sem já ter de antemão uma postura crítica. Pois esta depende sempre da visão de mundo de quem a emite. Seu empenho de transformação social é diretamente condicionado a este seu olhar.

Por isso posso dizer ser sombra de dúvidas que nossa saudosa professora, amiga e fundadora do GT Nacional de História Cultural, Sandra Pesavento, que formou tantas gerações de historiadores, adequou sua visão de mundo à sua práxis historiográfica e com isto criou uma vida e uma obra coerentes.

Atualmente, parece não existir mais espaço para as grandes revoluções, como já houve. Assim como os modelos “macro explicativos” da realidade também já não mais funcionam. A História Cultural e seus parâmetros, métodos, campos de análise, fontes, está absolutamente de acordo com estas mudanças. Não é porquê o olhar mudou, os objetos de pesquisa e as interpretações ganharam outros parâmetros, que se pode dizer que não haja mais crítica. Somente que a crítica mudou e a transformação social, que era esperada em termos de grandes feitos a análises macro-sociais, agora depende do indivíduo. Acaso alguém já se deu conta que é somente no indivíduo que podem começar as verdadeiras mudanças?

²³ SANTOS, Nádía Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes**: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo: UPF, 2005. 191 p.